

# IMPrensa E RELIGIOSIDADE NA BAHIA DO SÉCULO XIX: a procissão do Senhor morto e os festejos da Semana Santa

*Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti\**  
*Bárbara Maria Santos Caldeira\*\**

## **Resumo**

O objetivo desse artigo é identificar e compreender os elementos sociais, políticos e culturais desenvolvidos no contexto dos festejos da Procissão do Senhor Morto que encontram na imprensa baiana e no diálogo produzido entre a memória e a história do imaginário popular denúncias do significado da festa como um espaço construtor de identidades. O método envereda por caminhos marcados pelas fontes escritas localizadas no Setor de Jornais Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, além de uma breve revisão bibliográfica teórica do tema.

## **Palavras-chave**

Práticas Religiosas; Identidade; História Cultural; Imprensa.

## **Abstract**

*The objective of this article is to identify and to understand the social, cultural and political elements, developed during the celebrations of the “Procissão do Senhor Morto” (“Dead Lord Cortège“), which found, both in the Bahia’s press, and in the dialogue produced between the memory and the popular imaginary history, denounces of the meaning of the procession as a space for the construction of identities. The method walks through ways marked by the written sources filed in the Rare Periodical Sector of the Public Library of the State of the Bahia, besides providing a brief theoretical bibliographical revision of the subject.*

## **Keywords**

*Religious; Practices; Identity; Cultural History; Press.*

### *Considerações Iniciais*

Presença constante durante todo o Império com o supremo controle sobre as relações entre a religiosidade romana e o regime monárquico, a Igreja Católica vê seu poder temporal perder forças no campo do imaginário político e social, refletido na fragilidade da Centralização Romana das práticas de devoções que se iniciam adversas aos dogmas instituídos pela Santa Sé.

Com efeito, a comunicação realizada entre a nova ordem política que ascendia e a manutenção de uma rede hierárquica fundamentada no controle de um catolicismo popular, apresenta a instabilidade e insegurança que a República trouxe, de um lado, para o corpo clerical com seus bispos e arcebispos, e do outro, para a própria comunidade dos fiéis católicos.

Essa nova atmosfera de mudanças influencia, de forma particular, o cotidiano social e religioso de grande parte da população. Para os historiadores Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida,<sup>1</sup> a perturbável interrogação que povoava o pensamento e fé cristã residia na seguinte idéia - República: salvação ou ameaça à Igreja?

Elementos atuantes desse imaginário cultural, as festas e procissões que durante quase todo século XIX serviram como condutoras das ações dos espaços públicos e privados sofreram pequenas e graduais alterações a partir da década de 80 do mesmo período.

O objetivo desse trabalho é identificar e compreender os elementos sociais, políticos e culturais desenvolvidos no contexto dos festejos da Procissão do Senhor Morto que encontram na imprensa baiana e no diálogo produzido entre a memória e a história do imaginário popular, denúncias do significado da festa como um espaço construtor de identidades. O método envereda por caminhos marcados pela leitura de fontes primárias escritas, localizadas no Setor de Jornais Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia entre os anos de 1889 e 1900, além de uma breve revisão bibliográfica teórica do tema.

*Discursos travados entre a política republicana e a religiosidade católica: um novo quadro das relações sociais ou renovação das representações cotidianas?*

Dentre tantas comemorações populares e atos de religiosidade que formam o calendário de datas cívicas e santificadas, a Procissão do Enterro ou do Senhor Morto se caracteriza e representa uma das mais antigas e tradicionais<sup>2</sup> manifestação das atividades católicas trazidas pelos europeus e, ao mesmo tempo, um dos pontos mais marcantes que figuram as relações de poder e hierarquias desenvolvidas entre a identidade social e política dos governantes, e, sobretudo, dos personagens que a morte e o Senhor criaram no meio dos devotos no Brasil.

“As funções políticas da religiosidade popular”, expressão utilizada pelo historiador espanhol Miguel Castillejo Gorraiz, nos mostra, entre outros elementos, a participação de rivalidades entre os participantes, entre organizadores ou elites sociais e entre elites e o povo. “*En toda celebración festiva se intensifica el intercambio y la comunicación entre los participantes con el fin de conseguir nuevos status o de reafirmar los ya adquiridos*”.<sup>3</sup>

Sem dúvida, “*los comportamientos religiosos populares, por tratarse de hechos sociales, desempeñan toda una serie de funciones complementarias además de las puramente religiosas. Otras funciones de las manifestaciones religiosas están ligadas a la dimensión festiva de estas celebraciones populares*”.<sup>4</sup> Considerando o conceito popular, ou melhor dito, a “cultura popular”, é importante

situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto.<sup>5</sup>

Dentro desse princípio teórico apresentado por Roger Chartier, uma leitura da imprensa baiana entre os anos de 1889 e 1900 nos revela as mudanças sofridas pela festa, através das notícias e notas publicadas pelas ordens religiosas e pelos profissionais da comunicação do século XIX. A imprensa, desde o começo da divulgação do periodismo na sociedade luso-brasileira na segunda década dos oitocentos - contexto marcado pelo processo de independência do país, sobretudo na província baiana; já anunciava a importante participação, que ao longo dos tempos, iria ganhar nos principais espaços de sociabilidade e de comunicação, tornando-se símbolo da literatura de excelência no Brasil.

A Bahia, “segundo maior centro irradiador” da prática periodista no Brasil, como lembra a professora Lúcia Maria Bastos P. Neves (2002) do Departamento de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), oferecia à sua população as idéias dos dois jornais de maior circulação local e nacional: o *Idade d’Ouro*, fundado em 1811 e o *Semanário Cívico* que se dividiam no trabalho de contribuir para a construção da cidadania no país.

O *Semanário Cívico* recorria a um modelo comum à época de discurso e prática política: a pedagogia do catecismo político. Sob esta ótica, notas e cartas eram recebidas e publicadas pelo jornal, quase sempre de caráter jocoso e linguagem que nos remete a uma “ressonância contemporânea”.<sup>6</sup>

Praticantes e devotos da aliança política-religião, os jornais ao longo do século XIX, souberam trabalhar de modo didático, as circunstâncias e signos favoráveis às relações de poder entre a religiosidade popular e o debate das idéias ilustradas e posteriormente liberais que circulavam no imaginário social do país. As festas e comemorações de aspecto religioso e cívico são instrumentos legitimadores da leitura histórica que o jogo da memória nacional e da tradição cultural dos grupos, onde destacamos nos limites desse texto, as procissões religiosas cristãs que atuam ao longo de quase cinco séculos.

Realizada toda Sexta-Feira Santa, o ritual litúrgico celebra a morte e Paixão de Cristo, sendo organizada pela Ordem Terceira do Carmo na cidade do Salvador – Bahia. De origem medieval, a festa perdura nas práticas católicas da Igreja e do clero, apesar de franco declínio na atualidade, segundo o Provedor da Igreja D’Ajuda, Sr. Roberto.<sup>7</sup>

Se, ao contrário da presença maciça dos bons cristãos no período imperial, que, independente da solicitação ou convocação pública da Igreja era garantida, a ordem eclesial passa a sentir a dúvida perturbadora de uma república salvadora ou prejudicial ao domínio coletivo dos ensinamentos romanos.

Por outro lado, classes dissidentes da ameaça republicana clamavam pela comodidade política e financeira que a separação entre o Estado e a Igreja ocasionava:

Desde o início, os bispos saudaram a República como uma libertação para a Igreja do pesado jugo que até então vinha suportando no Brasil, em decorrência do regime do padroado: necessidade de placet governamental para a publicação dos documentos emanados de Roma, cobrança do dízimo pelo governo, interferência destes em todos os negócios da Igreja, redução prática do clero ao papel e à situação de um funcionamento civil.<sup>8</sup>

De fato, a “formação das almas” republicana, donde tomamos como empréstimo a expressão do historiador José Murilo de Carvalho<sup>9</sup>, iniciada nos últimos anos do século XIX foi constantemente influenciada pelas batalhas ideológicas que o positivismo e a cristandade ditavam. As idéias iniciais de Auguste Comte sonhavam com uma ditadura republicana dirigindo o Estado e, a salvação nacional era essencial para a legitimidade do governo e de símbolos que o representavam diante do povo.

Allegoria à Republica (sic). Está exposto na conhecida loja Au Palais Royal um trabalho digno de ser visto e digno de elogios, confeccionado pela inteligente Sra. D. Emilia Moura. Representa elle a grande republica brasileira, inpunhando a bandeira dos estados federados completamente desfraldada. Serve de fundo a esta figura, ricamente vestida, o mar cheio de navios. A Republica, com a cabelleira solta e enriquecida de um diadema encimado por uma estrella, está cercada de ellementos que representam o trabalho, a ordem. A túnica de que está revestida a Republica, em cujos pés, numa fita larga, relativamente, vê-se o grande lemma Liberdade, Igualdade e Fraternidade, é lindamente bordada a ouro pela exma. Sra.d.Emilia ...<sup>10</sup>

Contrariando o pensamento comtiano, o francês E. Littré defendia a não-ortodoxia face à relação entre Igreja e Estado, propagando uma política guiada pelo “parlamentarismo oportunista” que parecia vislumbrar a posterior mudança do pensamento de Comte.

Segundo Carvalho, os novos pressupostos teóricos de Comte acerca da dinâmica social figuravam em um cenário onde “*os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos, o sentimento foi colocado acima da razão, à comunidade foi sobreposta ao indivíduo*”.<sup>11</sup>

Sendo assim, os anos primeiros da República que se instaurava no país, se viam às avessas com os conflitos que a postura radical da Santa Sé no primeiro momento da recente ordem política promoveu, ao assumir um papel de mediadora entre o grupo dissidente e favorável às transformações que agitavam o país e o grupo defensor das práticas e decisões tradicionais.

Estes acreditavam que a “*condenação ao liberalismo das coisas e do estado não-confessional, (traria uma) revalorização da tradição católica e piedade popular: (seriam esses) ensinamentos mais recentes do papado*”.<sup>12</sup>

Contudo, as atividades comuns e a troca de favores entre Estado e Igreja sobrepujavam as brigas internas da Santa Sé, mesmo porque a Igreja continuava a representar e atuar no imaginário popular, ainda que com menor intensidade, mais com papel moralizante que a República precisava, mantedora da ordem, exercendo a função sacra e protetora aos olhos da maior parte da população.

O fim do Império e o anúncio da República significavam a formação da nação, a redefinição do modelo de cidadania a ser seguido. Era fundamental a incorporação dos libertos à sociedade. Ainda que sua atuação tivesse sido prejudicada pela redução de poderes diretos aos assuntos governamentais, a Santa Sé continuava beneficiária das concessões e privilégios que a preservação dessa aliança proporcionava.

Dessa forma, não foi difícil à classe dissidente e tradicional repensar sua posição, consciente de sua condição. Quando colocada em face de situações de fato, em que certos grupos de fiéis são levados a entrar em conflito com as autoridades constituídas em virtude do seguimento de princípios teoricamente defendidos pela Igreja, a Santa Sé tende a buscar a conciliação e a desaprovar uma radicalização de posições.<sup>13</sup>

As anedotas constantes nos jornais baianos entre os anos de 1889 e 1900 (meses de março e abril principalmente) denunciam a impopularidade dos padres, bispos e clérigos no meio católico e popular: o imaginário coletivo se afastava cada vez mais da influência romana, pelo menos do ponto de vista político.

No dia seguinte a Sexta-Feira Santa, um espaço no Diário do Povo, a 20 de abril de 1889, conhecido na época como “Picadinho”, serve como uma oportunidade dos críticos em manifestar seus sentimentos descontentes com a Igreja:

Eu hei de um dia ser bispo, olé!  
Porém prefiro ser antes metropolitano; que, além de ajudas,  
De emolumentos, tem quatro contos e novecentos mil réis por ano.<sup>14</sup>

Nos anos seguintes esse mesmo gesto se repete e é registrado por esse mesmo periódico. O Jornal de Notícias não ficou atrás, publicando um ano depois, a 03 de abril de 1890, uma Quinta-Feira Santa, avisos de um grupo que se intitulava “Críticos Independentes”, caracterizado pela ironia e irreverência de seus convites à população baiana:

No sabbado de Aleluia. O povo pacato d’esta terra estapafordicamente.... burgueza, deves, quando em todos os bons relogios d’esta capital soarem vagarzas, mas fortes, oito badaladas vibrantes, sentir no coração um bichinho roedor e malvado a espicaçar-lhe a inveja. E’ que enquanto que elles, coitados, talvez que chorem de dor, em nossos labios rosados paira o sorriso de amor!<sup>15</sup>

Pecado e salvação são elementos inseparáveis da doutrina cristã; assim como os “sete passos da Estação” seguem uma temporalidade, uma vigilância hierárquica social e uma delimitação das áreas de poder de cada grupo envolvido encontram nos dias sagrados da Semana Santa, o que o filósofo francês Michel Foucault<sup>16</sup> define como “*ciência da disciplina*”.

Não se pode, entretanto, fugir à antiga concepção teleológica que caracteriza as relações e representações da fé cristã. O bem e o mal permanecem nas interpretações das ações das mulheres, crianças e homens, estabelecendo uma atmosfera simbólica situada nos limites do poder. Numa perspectiva foucaultiana, o poder se caracteriza frente ao sentido da Procissão, por alguns princípios fundamentais. Um momento e um personagem para a reflexão, sacrifício e arrependimento para a vida errada em um primeiro instante; o retorno à vida mundana no dia posterior é um convite antecipado para o exercício, no ano seguinte, do mesmo ritual e costumes.

Por isso não falteis, ao nosso baile – oh! Críticos. E vos, oh! Doces filhas de Eva, vendo derramar sobre o coração dos Críticos o vinho do vosso olhar e o néctar dos vossos beijos.<sup>17</sup>

Dentro dessa análise, a procissão era um espaço de sociabilidade acessível a todos os grupos sociais envolvidos, salvo que existisse uma hierarquia de papéis e posições no contexto da festa. De fato, a morte de Cristo proporcionava que negros, libertos, mestiços e brancos participassem dos eventos religiosos, e sentissem, ao menos naqueles dias, reis, homens santos ou mulheres “maculadas”. Esse era um momento em que fetiches e ações religiosas se misturavam num cenário sagrado e profano.

O exercício contínuo da leitura da imprensa local, a citar o “Diário do Povo” e “Cidade do Salvador”, nos permite afirmar, diante da documentação encontrada, que é possível

considerar que as alterações sofridas pelas procissões e festas religiosas católicas desde a segunda metade do século XIX não se restringem às mudanças do caráter festivo, colorido e barulhento para um “*caráter de recolhimento, decente e compassado*” como aponta o escritor Pierre Verger.<sup>18</sup>

Durante todo o ano de publicação diária, os jornais trazem nas primeiras páginas, quase que em semelhantes formatos, matérias, colunas e espaços de crítica que nos mostram a luta do catolicismo em sobreviver nas mentalidades dos moradores da cidade do Salvador, contextualizada pelo bombardeio de notícias, anseios e símbolos da ordem republicana.

Entretanto, são os meses de março e abril que representam em quantidade e diversidade, a maior concentração de apelos e textos satíricos sobre o papel da religião no cotidiano social dos baianos. A proximidade das comemorações católicas era a principal responsável por essas alterações e a Semana Santa ganhava um considerável espaço na imprensa que voltava sua atenção para os festejos de devoção cristã, lembrando os compromissos que o *cidadão ideal* deveria cumprir.

O “Correio Eclesiástico” uma das colunas do periódico *Jornal Cidade do Salvador* se dedicou a 20 de abril de 1899, uma Quinta-feira Santa, a registrar a importância que os “Santos Óleos” possuíam para a renovação eucarística:

Mas o oleo deve ser bento (...) bento na Quinta-feira Santa, quer por ser esse o dia anniversario (sic) da santa Eucharistia para o qual devem convergir todos os sacramentos; quer em lembrança dos perfumes com que Madalena ungiu os pés do Salvador em igual dia, quer enfim por estar proximo o dia em que a Igreja faz maior uso desse lycor myscos sobre os neophytos, na noite pascal; (...) a razão desta renovação annual é já por causa dos preciosos ensinamentos que encerram as sua cerimonias, já pelo respeito para com esses Santos Oleos, cujo perfume e pureza poderiam se alterar (...).<sup>19</sup>

A programação da Semana Santa exigia dos devotos uma série de ações e provas de sentimentos voltados exclusivamente para o exercício da recordação e continuidade das lições de “*Nosso Senhor Jesus Christo*”. A Procissão do Enterro era o momento mais esperado dos festejos anuais.

Ademais, os jornais informavam aos leitores os “actos da Semana Santa”: grande parte das igrejas e irmandades realizava missas durante o dia e participavam do cortejo na sexta-feira.

Matriz de S. Pedro. Sexta-feira da Paixão – às 8 horas da manhã, procissão da reposição do Santíssimo Sacramento, seguindo-se a adoração da Cruz, roando popr esta occasiao o pregador imperial rvd. Padre Turíbio Tertuliano Fiusa. Em seguida terá logar a procissão do enterro do Senhor – Ordem Terceira de S. Francisco. (*Diário do Povo*, 1900).<sup>20</sup>

Contudo, outros elementos povoam a atmosfera religiosa inaugurada com a República. As mentalidades, como já delineado, não ficariam imunes às essas mudanças, a exemplo das normas civilizatórias importadas da Europa, os novos suportes do diálogo entre memória e história, bem como a reorganização da identidade local que se construía aos poucos.

Os hábitos de vestimenta e de comportamento social significam mais do que simples pontos que permeiam o cotidiano da festa. Significam a manutenção das normas civilizatórias que, a partir do século XVIII ganharam forte influência no pensamento e nas ações do processo de formação do imaginário social e político da sociedade brasileira. Salvador não ficaria atrás da Corte e seguiria os mesmos princípios, inspirados no modelo europeu combativo aos atos “grotescos e bárbaros” que ainda acometiam os baianos.

Como estudou a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, seja através da seda ou da chita, a população soteropolitana ia se diferenciando e solidificava de forma intensa e gradativa a hierarquia sócio-étnica entre os grupos envolvidos no jogo político, econômico e cultural da Salvador mercantil e escravista.

Mas a chegada dos franceses veio impulsionar o comércio das modas. Madamas de Saint-Martin (talvez duas irmãs), vindas de Paris, abriram uma loja defronte da capela do Corpo Santo e ali vendiam todos os ornatos para senhoras e vestidos bordados de ouro e prata, bem como bretanhas da França.<sup>21</sup>

Silva sinaliza também a compra e venda de tecidos para uso dos escravos, como as peças chinesas que eram ofertadas na Rua da Alfândega: “*Já as gangas destinavam-se, sobretudo ao vestuário de escravos, como veremos mais adiante. As chitas também vinham de Macau, e os panos da Costa tão usados pela escravaria, eram vendidos em fardos e a retalho*”.<sup>22</sup>

Essa informação fornecida pelo primeiro periódico baiano, o Idade d’Ouro do Brasil em 1811 indica características que iriam perdurar até os primeiros anos da República, e em especial, logo no primeiro período pós-abolição.

As sedas, o ouro e a prata que pertenceram durante longas datas ao universo modista da elite branca passam a circular com maior frequência entre “as baianas do povo” como lembra Braz do Amaral.

A mulata ou a crioula, a cambraia ou a preta tem as suas preocupações na maneira de apresentar-se em público, acentuando os seus cuidados nos grandes dias festivos. As saias pretas, de seda, com foros roxos, são usadas para luto ou pela Quaresma, nos dias maiores.<sup>23</sup>

Nas décadas subseqüentes à Primeira República, o uso de indumentárias como véus, terços, madreperolas, chapéus e ternos permanecem no ritual das procissões em geral, como mesmo esboçam os testemunhos aqui descritos.



Para além dos ingredientes da formalidade histórica, esses gestos se aproximavam principalmente da formação de uma memória coletiva que atua como elo entre os sujeitos e a história de cada tempo delineando um conceito de patrimônio cultural que supera a materialidade.

Considerando aqui o domínio que a diferenciação dos tempos impõe a relação entre etnologia e história, devemos ressaltar o papel que acontecimentos e cerimônias no âmbito religioso e familiar possuem para a compreensão da dinâmica social.

Afora a repetição do calendário de festa cívica e cristã, os ritos nos apresentam as transformações impostas por eles às sociedades que sofreram o processo de “*evolução*” cultural e o peso que os mesmos exercem sobre as estruturas e mentalidades dos grupos, como observa o historiador Jacques Le Goff.<sup>24</sup>

Nessa perspectiva, a procissão como elemento da História Cultural assume outro conceito relacionado à cultura política: as estratégias de poder que figuras como beatas, governadores, bispos, mendigos ou ‘homens comuns’ travavam no cenário da festa.

Afinal de contas, o momento sacro e oficial se configurava como ideal para a propaganda da imagem do rei à imagem de Cristo, para ação de arrependimento e redenção dos devotos cristãos diante da Igreja e da sociedade, das beatas e dos mais abastados demonstrarem atos de caridade para com os moleques, vadios e mendigos esquecidos pela cristandade...

Dessa forma, na República, a trama das trocas simbólicas no plano econômico aconteceria, sobretudo, nas décadas iniciais, atingindo os grandes centros urbanos que recebiam o grande volume de negros e mestiços libertos pela nova ideologia liberal que brigava por penetrar no imaginário social-monárquico e ameaçavam a segurança republicana.

A guarda cívica, que pela primeira vez apresentou-se em publico, causou enorme admiração e à sua frente prostou-se quasi (sic) toda a massa de povo que alli se achava levada pela curiosidade de ver aquella reunião de tropas.<sup>25</sup>

Será que essa notícia retrata somente a reafirmação da Igreja Católica testemunhada pela quantidade de fieis e até mesmo a presença das autoridades civis na festa? Pensamos que não. O próprio fato e a forma como ele foi narrado nos parece mais do que uma aderência de um dos setores sociais à prática litúrgica.

Levando em consideração a enorme quantidade de “novos cidadãos” espalhados pela cidade na condição de ex-escravo e a ausência de alguma perspectiva de ser aceito e incluído pela estrutura econômica e principalmente política, chegamos à conclusão de que essa ação se tratava de mais uma estratégia da “vigilância hierárquica” como maneira de atender a rede de autoridade e treinamento necessário ao progresso do baiano.

Além disso, a oposição da grande maioria dos libertos aos ideais liberais provocava receio cada vez mais presente no contexto histórico pulverizado pelos conflitos políticos. É indispensável lembrarmos que se a guarda cívica representava a nova ordem, ela estava do lado inimigo das mentalidades coletivas que ainda viam na figura monárquica do imperador, ares de proteção e “estabilidade” que sua condição de escravo anterior lhe permitia.

Do outro lado, a organização civil precisava de um alibi que convencesse seus acusadores das suas boas intenções e da sua função de assegurar a tranqüilidade nacional. Portanto, nada mais óbvio do que a inserção de sua participação nos cortejos das festas públicas e religiosas promovidas pela Igreja, que, diga-se de passagem, ocorriam em admirável número, possibilitando produzir um calendário baseado nas mesmas.

Desde o século XIX a Guarda Nacional garantia nas ruas das grandes províncias a “calmaria” e a “ordem” das importantes figuras dos cortejos: governadores, clero, enfim, personagens da elite baiana.

No entanto, como nos aponta o historiador baiano Walter Fraga Filho,<sup>26</sup> outras personalidades integravam o cenário da festa: mendigos, moleques ou os chamados vadios, que, na virada dos oitocentos para o XX, passam a ser chamados de facínoras.<sup>27</sup>

Eles carregavam consigo a miséria mundana capaz de instigar sentimentos de piedade e benevolência que a fé dos “homens bons” precisava nesses momentos, no tão esperado “encontro com Deus e a conquista da redenção para todos os seus pecados”. Mas apenas nesses dias era preciso a participação desses figurantes. No dia-a-dia da vida pública e privada eles configuravam como o espelho da omissão diante das desigualdades sociais compartilhadas pelos variados grupos, ofendendo a atmosfera de civilidade e esperança do sonho ex-colonial de formar uma identidade nobre e “evoluída européia.”

A Santa Casa de Misericórdia e as Irmandades deixaram nos livros de despesa e receita vestígios das doações e esmolas realizadas pela sociedade mais abastada. Entre os baianos já era comum no império a confecção de testamentos e inventários para que tudo ficasse organizado e dessa forma não tivesse a preocupação de ocorrer surpresas desagradáveis no encontro com Deus.<sup>28</sup>

Ademais, a distribuição dos bens materiais entre os familiares do moribundo precavida da mesma forma que, os menos favorecidos pela vida lhes auxiliassem neste momento primordial de sua ida.

Acompanhar e tomar parte nos acontecimentos do cortejo fúnebre era ao que traduz um ensaio para a morte individual que continua a superar o sentimento de coletividade proposto por Comte.<sup>29</sup>

Nas seções de “Comunicados” dos periódicos aqui analisados, os títulos “Esmolas” aparecem frequentemente. “*Os nossos collegas do Jornal de Noticias distribuem amanha às 9 horas, a quantia de 140\$000 que lhes foi remetida pelos empregados dos Srs. Lima Irmãos & Cia*”.<sup>30</sup>

Nessa mesma Quinta-feira Santa, “*em comemoração ao dia de amanha, o sr. commendador, Manoel Antonio de Andrade, offereceu ao asylo de mendicidade, além de diversas iguarias um barril de vinho*”.<sup>31</sup>

É desenhada nesses contornos, a nova ordem política e cultural que continuava assistindo o exercício da subversão e da negociação social através das revoltas populares, do fortalecimento das irmandades que por meio de rainhas e reis mantinham centralizada a religiosidade em seu cotidiano ou através das práticas de benevolência simbolizando as trocas entre os grupos envolvidos.<sup>32</sup>

A estrutura e a divisão hierárquica dos papéis que cada devoto representava no contexto da procissão já eram bem definidas nos primeiros anos do império e continuaram durante as primeiras décadas republicanas como relataram alguns dos viajantes estrangeiros já referidos pelo texto. Os personagens bíblicos ganhavam vida através dos fiéis, que eram selecionados de acordo com a posição social ocupada na comunidade ou ainda de acordo com a sua representatividade nas irmandades que integrasse.

A formação de identidades no conjunto da festa seguia os princípios básicos da antropologia que caracterizavam a procissão como um ritual nacional à medida que abrange toda a sociedade, e, esta por sua vez, fundamenta possibilidades de “*dramatizar valores globais e críticos*” como afirma Roberto DaMatta.<sup>33</sup>

O antropólogo DaMatta caracteriza as procissões como rituais nacionais, à medida que abrangem toda a sociedade fundamentada na possibilidade de “*dramatizar valores globais e críticos*”. Nesse caso, esse tipo de ritual contrapõe outras modalidades de reunião entre classes e grupos, pois, exigem um mínimo de harmonia. Toda a sociedade está orientada e centraliza atividades e tempo para a celebração do dia cívico ou sagrado. A vida coletiva (trabalho, escola) é modificada em especial por uma data, alterando assim o cotidiano.

De qualquer forma, DaMatta acredita haver uma constante dicotomia entre identidade nacional (que absorve o país como um todo) e a identidade regional (que só diz respeito a uma região, município, cidade ou estado). A Procissão do Senhor Morto transita entre os dois mundos: primeiro, porque sua realização é considerada universal na faixa ocidental, e nacional nos países católicos; segundo, porque a não-realização ou obrigação dessa celebração é verificada em alguns estados brasileiros.

Isso nos leva a concordar com o que o antropólogo define como dialética social: uma confrontação permanente entre o geral e o particular, sendo esta última, a versão mais coerente com as diferenças e especificidades do que é exclusivo ou único.

Assim, em vez de definir o rito por meio de algum traço positivo e substantivo, (...) (junto com o cerimonial e a festa) por meio do contraste com os atos do mundo diário, o ponto focal passando a ser as oposições básicas entre as seqüências de ações dramáticas que todo ato cerimonial ou ritual deve necessariamente conter, construir e elaborar. O ritual, assim, jogaria muito mais com o drama – que permite a consciência do mundo social – do que com algum componente místico ou mágico.<sup>34</sup>

Ou seja, ao contrário dos gestos “pecaminosos” e ordinários do dia-a-dia, esse tipo de evento marca a chance da sociedade de se auto-regular com o controle de normas de conduta moral e religiosa, da nobreza das vestes e da contrição de gestos e palavras que porventura fugissem à vigilância da rotina (lembramos da relação econômica entre Estado e Igreja que a mendicância social na Salvador oitocentista denuncia).

O extraordinário ganha uma dimensão que se subdivide em três cenários: o ritualístico, por sua analogia freqüente ao aspecto solene da ocasião, já incorporado à cultura brasileira; a cerimônia, ou a parte ordenada e formal do acontecimento e a festa, com toda sua informalidade e quebra de regras, desde o ponto temporal à linguagem verbal a ser utilizada. Ainda de acordo com o antropólogo, a procissão se constitui como um tipo de ritual que contrapõe outras modalidades de reunião entre classes e grupos, pois, exigem um mínimo de harmonia.

Nesse sentido, toda a sociedade está orientada e centraliza atividades e tempo para a celebração de um dia cívico ou sagrado: a vida coletiva do trabalho, da escola e do lazer é modificada em especial por uma data, alterando assim o dia-a-dia. Com a Procissão do Senhor Morto não seria diferente. O personagem de Maria Madalena se consagra na memória dos participantes da festa e na teatralização da Paixão de Cristo como presença essencial da narrativa histórica com seus arrependimentos, abnegações e possibilidades de salvação cristã.

O viajante inglês Henry Koster, que viajou pelo nordeste brasileiro nos primeiros anos do século XIX com o intuito de curar-se das mazelas que a tuberculose lhe provocava, parece admirado mais uma vez ao ser avisado sobre os critérios que eram usados para escolher a pessoa que tomaria o lugar da prostituta: *“Informaram-me que, para manter o caráter, os costumes da mulher não eram puros. Ficara completamente assombrado. Pensei que haveria de ser algo surpreendente, mas nunca a idéia de que levariam tão longe a representação”*.<sup>35</sup>

Os critérios não são descritos com clareza, mas a leitura das entrelinhas deixa clara a composição social das mulheres que eram elegíveis a essa honra: negras ou mestiças eram as mais indicadas, pois, suas vidas pecaminosas, “próprias do caráter”, alcançavam à realidade que se almejava durante a encenação. Seu personagem passa de uma mulher

de vida pecaminosa, perpassa a redenção e alcança a santidade no decorrer do tempo histórico nas mentalidades dos sujeitos.

Além disso, a utilização da figura feminina como símbolo das representações liberais e do sentimento de cidadania que os propagandistas republicanos franceses criaram é incorporada ao *marketing* da época, entretanto, no Brasil, a mulher não mudaria muito sua posição nas decisões políticas do país.<sup>36</sup>

A necessidade da santidade da mulher pela Igreja está diretamente ligada às brigas entre o ideal feminino republicano, divulgação de uma imagem libertadora e ao mesmo tempo mantenedora do clássico papel de mãe e esposa.

Em outro aspecto, a mulher negra ou mulata tinha preocupações imediatas à época com sua imagem, com o vestuário, enfim, em mostrar que o bom gosto também fazia parte de seus hábitos e não era exclusividade das mulheres brancas. O pós-abolição vem trazer uma constante vigilância desses aspectos para os grupos envolvidos.

Apesar da população negra e mestiça participar das festas religiosas e cívicas, muito antes da chegada da família real portuguesa ao Brasil, com suas fantasias, cores e alegria, reunidos em confrarias religiosas era necessário nesse momento que suas atenções se voltassem para a afirmação de uma identidade que lhes mostrasse, aliás, que mostrasse à sociedade um novo lugar na hierarquia social baiana.

Nenhum cenário seria mais adequado para a ação de explicitar esse sentimento: um ritual que apresentasse uma disputa entre o geral e o particular, entre a vida pública de exclusão e a privada com devoção que oscilava entre os valores culturais trazidos da África e o catolicismo cristão imposto e incorporado aos mesmos.

Nesse jogo, a produção de determinadas perguntas é fundamental para continuarmos nossa investigação: para quem se faz a festa? Para o povo, Igreja, Estado ou para Deus? A prática evangelizadora cristã continuava a articular as diferentes respostas para esse questionamento. A “sanção normalizadora”, já discutida nesse texto, defendida por Foucault pode ser usada para caracterizar a interpretação constante das situações de disciplinamento e as possibilidades de desvios.

Por isso não falteis, ao nosso baile – Oh! Criticos. E vós, oh! doces filhas de Eva, vendo derramar sobre o coração dos Criticos o vinho do vosso olhar e o néctar dos vossos beijos. E quando o Champagne estourar, quando finalmente reinar a alegria, vos vereis como Faestaff dansa, como ele é melhor e sabe assobiar...<sup>37</sup>

Esse tipo de anedota foi durante muitos anos uma das ferramentas dos “Críticos Independentes” no exercício de denunciar de forma irônica e irreverente os problemas da sociedade baiana não apenas “burguesa” e esses períodos festivos eram seus alvos principais.

O grupo dividia o espaço do jornal com as irmandades e caminhavam juntos no diálogo entre o terreno e o sobrenatural, o pecado e a salvação, da razão e da fé, da história e da memória, repetidas ou construídas ao longo dos tempos.

Dessa forma, o cidadão republicano atendia às normas de conduta social que oscilavam entre os deveres institucionais e os saberes “desqualificados” provocados pelo processo de mestiçagem segundo as teorias científicas de fins do século XIX. De fato, ainda que o jogo de legitimação das identidades fosse permeado por rupturas de comportamentos, a exemplo das críticas nos jornais e da realização de bailes carnavalescos no período das festividades religiosas como a imprensa baiana descrita anteriormente nos mostra que o rito tinha uma força permanente maior das mentalidades do povo baiano, independente do discurso estar impregnado de “boas ou más intenções”.

A enorme massa do povo que acompanhou essas procissão causou geral satisfação a todos que a ella (sic) assistiram. Muitos navios conservaram-se em funeral, bem como todas as sociedades. O povo, temendo talvez a retirada da religião em que nasceu e com a qual deseja viver, é o primeiro que pressuroso corre a apresentar-se nas festas religiosas. Enfim, a procissão de hontem serviu para attestar sobre modo quanto cristão é o povo brasileiro e especialmente o povo baiano.<sup>38</sup>

O povo brasileiro formava sua identidade espelhada em um modelo romanizado que insistia em continuar com o controle minucioso da atividade de “ser cidadão”, mas antes de tudo, de ser cristão.

### *Considerações Finais*

A religiosidade e as práticas sociais, portanto, se inter cruzam em trajetórias marcadas pela construção de identidades e da pluralidade de significados. As trocas simbólicas produzidas pelas mudanças temporais e por contextos históricos, caracterizados por quebras e continuidades, enveredam por um caminho pulverizado pelas influências do conflito constante entre a memória e a história.

A imprensa baiana nos revelou que a relação entre religiosidade popular e cultura política oscilava entre a estruturação de análises críticas e a preservação fascinante do passado. A memória social se renova graças à capacidade que bens culturais como as vozes e lembranças de testemunhos da vida cotidiana têm em preservar um patrimônio que integre a definição de cidadania que os sujeitos históricos buscam, livre dos estereótipos criados pela história oficial e que agem como pontos de referência para a construção de suas identidades.

É válida a ressalva de que a leitura das representações trazidas pelas comemorações religiosas nos leve a acreditar que pesquisas sobre memória coletiva e formação da cida-

dania não significam simples enaltecimentos nacionalistas, patrióticos ou ufanistas, mas um ato de resgate da relação entre presente e passado, sobretudo das historicidades das pessoas, dos locais e mentalidades que caracterizam os festejos de práticas culturais.

Os conflitos políticos aqui descritos ganham uma nova interpretação a partir de leituras de elementos como a religiosidade e as trocas simbólicas presentes nos ritos populares com suas tradições e estratégias de recriar significados particulares à sua cultura. A dicotomia, muitas vezes personagem das relações sociais, denuncia o universo contraditório da pluralidade de sentidos na narrativa histórica. Não somente os registros dos observadores estrangeiros e as notícias dos jornais nos mostram indícios das rupturas, assim como o roteiro da festa mantido até hoje quase que em sua totalidade intacta nos apresenta as permanências no cenário do cortejo.

Temos como fonte as idéias e testemunhos das mentalidades que brincam de ultrapassar o tempo, mesmo em um contexto atual marcado pelo presente contínuo e pela efemeridade das representações. As tramas políticas que se desenvolviam entre a nova ordem que se formava e a resistência do imaginário coletivo em aceitá-la são denunciadas mais uma vez por outro ângulo de análise e objeto de leitura afirmando a vitória da religiosidade frente às normas cívicas e civilizatórias que o fantasma do progresso fazia questão de defender.

A cidadania era sentida e trabalhada a partir de lutas ideológicas entre as práticas populares de superstição consideradas bárbaras e contrárias às leis romanas que o papado reafirmava entre os fiéis, em um jogo contra o liberalismo e o fanatismo religioso dos movimentos que contestavam seus dogmas.

Ademais, é perceptível que a memória e a história brincam de encontrar no seu passado, energia para combater a história do tempo presente e assim construir seu futuro. Dessa forma, o encontro com o futuro segue um caminho não antagônico, mas complementar ao se reencontrar com o passado. A partir dele, os sujeitos reafirmam suas identidades, estabelecendo pontes com seus antecessores; no presente produzem afirmações necessárias a sua convivência social e para o futuro, delegam desejos e sonhos a serem alcançados.

*Recebido em abril/2008; aprovado em maio/2008.*

### *Notas*

\* Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca – Espanha e Professor na UNB. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI). E-mail: vanessa.cavalcanti@uol.com.br

\*\* Doutoranda em História pela Universidad de Burgos - Espanha. Professora na Faculdade Ruy Barbosa-BA. Email: barbaracaldeira@yahoo.com.br

<sup>1</sup> MOURA, Sérgio Lobo de. & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. "A Igreja na Primeira República". In: FAUSTO, Boris. III. *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

<sup>2</sup> A discussão sobre o conceito de "tradição, ou melhor, a definição do termo "tradição" é muito bem discutida e revisada na obra de HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *La invención de la tradición*, Barcelona, Crítica, 2002.

<sup>3</sup> GORRAIS, Miguel Castillejo. "Religiosidad Popular". In: *Actas Congreso de religiosidad popular en Andalucía*, 1994, pp. 473-496.

<sup>4</sup> GORRAIZ, op.cit., p.475.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp.179-192.

<sup>6</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e Participação Política na época da Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*. Campinas, v.22, n. 58, 2002, pp.47-64.

<sup>7</sup> A igreja D'Ajuda é considerada a primeira capelinha construída pelos jesuítas e pelos portugueses nas atuais terras baianas. Ela está localizada na Rua d'Ajuda, no bairro da Sé (mais conhecido como Centro de Salvador). O Sr. Roberto Pereira, atual provedor da Igreja d'Ajuda, contribuiu de forma significativa para a pesquisa. Meus eternos agradecimentos ao tempo e dedicação de Sr. Roberto que permitiram a experiência de participar dos preparativos dos festejos da Semana Santa.

<sup>8</sup> MOURA & ALMEIDA, op.cit., p.325.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação da alma: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

<sup>10</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, 05-04-1890. Setor de Jornais Raros, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>11</sup> CARVALHO, op.cit., p. 21.

<sup>12</sup> MOURA & ALMEIDA, op.cit., p.328.

<sup>13</sup> MOURA & ALMEIDA, op.cit., p.328.

<sup>14</sup> DIÁRIO DO POVO. Setor de Jornais Raros, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, 20-04-1889.

<sup>15</sup> Seção "Críticos Independentes". JORNAL DE NOTÍCIAS, 1889., 03-04-1890.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 2003.

<sup>17</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, 1899, s.p.

<sup>18</sup> VERGER, Pierre. *Procissões e Carnaval do Brasil: Ensaios e Pesquisas*, n. 5, Salvador, CEAO/UFBA, 1980, p.07.

<sup>19</sup> Seção Correio Eclesiástico. JORNAL CIDADE DO SALVADOR, 20-04-1889. Setor de Jornais Raros, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>20</sup> DIÁRIO DO POVO, 1889., s.p.

<sup>21</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "O cotidiano na cidade de Salvador através da Gazeta Idade d'Ouro do Brasil". In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia* (Salvador 450). Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Fundação Gregório de Matos, 2001.

<sup>22</sup> SILVA, op.cit., p.237.

<sup>23</sup> AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da Independência Nacional*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

<sup>24</sup> LE GOFF, Jacques. "O Historiador e o Homem Quotidiano". In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa, Estampa, 1993.

<sup>25</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, 03-04-1889, s.p.

<sup>26</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, HUCITEC-EDUFBA, 1996.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

<sup>28</sup> REIS, João Jose. *A morte é uma festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.



- <sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- <sup>30</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, op.cit.,1899.
- <sup>31</sup> DIÁRIO DO POVO, op.cit., 1889.
- <sup>32</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- <sup>33</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- <sup>34</sup> DAMATTA, op.cit., 1997, p.46.
- <sup>35</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, pp.47-48.
- <sup>36</sup> CARVALHO, op.cit., p.92.
- <sup>37</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, op.cit., 03-04-1880.
- <sup>38</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS, op.cit., 1890.